

mento, 80% das estufas estão no chão e continuo a alimentar 550 animais todos os dias", contou.

Embora sem se alongar muito, Paulo Fernandes, escolhido pelo Governo para liderar a Estrutura de Missão para reconstruir as áreas atingidas pela tempestade Kristin, não fugiu ao tema dos apoios a fundo perdido. "Obviamente já nos chegou [esse apelo], por diversas vezes. Está a ser estudada [a possibilidade de] haver alguma vertente associada a não reembolsável. Está, neste momento, em cima da mesa para ser estudada, mas incorpora várias questões", desde logo "têm muito a ver com o que fazemos".

"As questões a fundo perdido são muito relevantes para este esforço", reconheceu Paulo Fernandes, apontando que "medidas do PRR [Plano de Recuperação e Resiliência] ou do PT2030 são questões que obviamente vão ter de estar em cima da mesa".

"E no cruzamento das medidas vos garanto que ao longo dos próximos dias, nas próximas semanas vão haver seguramente novidades sobre isso", declarou.

O apoio além do dinheiro

Diana Carvalho não se referia só ao apoio financeiro, mas também a meios, partilhando com os presentes as horas de "desespero" que viveu até encontrar um gerador para substituir o seu que "morreu" ao fim de dez dias a trabalhar de forma consecutiva. "Não havia nenhum gerador em nenhum serviço disponível para alimentar 550 vacas. E é isto que todos precisam de perceber: se não houver agricultura ninguém nesta sala vive".

Esse apelo também foi renovado por Sérgio Silva, vereador da Câmara Municipal da Marinha Grande. "Temos empresas que há 15 dias não têm energia nem telecomunicações. Isto vai matá-las. Vão deixar de ter clientes. É inadmissível".

"Temos direito a ser melhor tratados", realçou, sinalizando que talvez se esta calamidade tivesse atingido a Área Metropolitana de Lisboa a esta hora o cenário talvez fosse diferente.

O pacote de apoios foi anunciado pelo Governo a 1 de fevereiro, mas as medidas ainda suscitam muitas dúvidas por parte das empresas. O lay-off, após diferentes versões, foi dos pontos mais abordados na sessão de esclarecimento, uma de pelo menos duas, promovida esta quarta-feira. ■

12-02-2026

Empresas candidatam-se a 627 milhões Já há "dinheiro na conta"

Banco de Fomento regista forte procura nas linhas de tesouraria e apoio à reconstrução. Do total de candidaturas, 10% já estão contratadas.

Foram milhares de empresas fortemente afetadas. Para apoiá-las, o Governo avançou com medidas no valor de 2,5 mil milhões de euros, dos quais 1,5 mil milhões através de duas linhas de crédito. Uma semana depois da abertura das candidaturas, há pedidos de mais de 600 milhões, sendo que parte do valor já está contratualizado, havendo quem já tenha recebido o crédito.

"A guerra assolou o território centro no dia 28 de janeiro e imediatamente começámos a trabalharem duas linhas de emergência", afirmou Tiago Mateus, Chief Technology and Operations Officer do Banco Português de Fomento, numa sessão de esclarecimento sobre as medidas de apoio às empresas, realizada em Leiria. As linhas foram abertas há uma semana. "Há bancos que já estão a depositar o dinheiro na conta dos beneficiários", revelou o responsável sem dizer qual o valor creditado, nem o número de empresas às quais foi já entregue o financiamento.

"Já estão a ser emitidos os contratos de financiamento e já há bancos a fazer o 'funding' na conta dos empresários", acrescentou, ao mesmo tempo que disse que estão contratualizados 62 milhões num total de 162 contratos. Tanto em valor como em número de contratos, é a CGD que se destaca, com 26,4 milhões em 55 contratos, segui-

do do BCP (22 milhões em 50 contratos).

As operações já contratualizadas representam cerca de 10% das candidaturas registadas pelas empresas que procuram nestas linhas dinheiro para conseguirem fazer face às despesas, mas também as verbas para procurarem reconstruir os negócios.

De acordo com dados do Banco Português de Fomento referentes ao sétimo dia desde que as candidaturas abriram, existem 627 milhões em candidaturas para as linhas de tesouraria e da reconstrução, apresentadas por um total de 2.038 empresas. Considerando as candidaturas completas, ou seja, em que toda a documentação necessária está reunida, os valores cifram-se em 517 milhões de euros por parte de 1.728 empresas.

Corrida à tesouraria

O Banco de Fomento não fez, na sessão de esclarecimento, a divisão dos valores das candidaturas registadas por cada uma das linhas criadas para dar resposta à calamidade. Contudo, a tendência tem sido de forte procura por verbas para suprir necessidades de liquidez urgentes.

Dados revelados ao Negócios no passado domingo, 8 de fevereiro, apontavam para uma procura total de 400 milhões de euros, sendo que desse total 380 milhões eram pedidos de verbas para a linha de tesouraria cuja dotação inicial foi fixada em 500 milhões. No apoio à reconstrução, linha que conta com uma subvenção de até 10% do total ao fim de três anos, os pedidos eram de apenas 20 milhões.

A linha de tesouraria já tinha disponíveis pouco mais de 100 milhões, à data. Esse total deverá ter sido consumido nos dias seguintes. O Negócios questionou o Ministério da Economia sobre o eventual reforço desta linha, mas não obteve resposta. ■ PM



Há bancos que já estão a depositar o dinheiro na conta dos beneficiários.

TIAGO MATEUS
Chief Technology Officer do Banco Português de Fomento

Meio: Imprensa

País: Portugal

Área: 4313,67cm²

Âmbito: Economia, Negócios.

Period.: Diária

Pág: 4-9,1

Apoio do IEFP permite despedimentos logo a seguir. Lay-off não, avisa OCC

Ordem dos Contabilistas considera o incentivo do IEFP mais simples que "lay-off simplificado" e mais adequado para salários até 1.840 euros.

"Este mês a única coisa que posso fazer é o lay-off porque não tenho como trabalhar, não tenho eletricidade, tenho a empresa a céu aberto... E depois no próximo mês posso ir buscar o apoio do IEFP e as isenções de TSU?", perguntava uma empresária, ontem, em Leiria.

À tarde, a Ordem dos Contabilistas Certificados explicava que há essencialmente dois apoios – o incentivo extraordinário do IEFP e o lay-off simplificado – entre os quais as empresas dos concelhos afetados pelas tempestades devem escolher, já que não podem ser atribuídos simultaneamente para o mesmo posto de trabalho.

À medida que prevê o pagamento de dois terços da remuneração com o valor mínimo de 920 euros e máximo de 2.760 euros – como confirmou esta quarta-feira, na mesma sessão de Leiria, Paulo Nunes, Diretor do Departamento de Prestações e Contribuições do Instituto da Segurança Social – os despedimentos ficam vedados durante 30 dias ou 60 dias, consoante o apoio tenha durado até seis meses ou mais de seis meses, respetivamente, explicou a bastonária. Cessações de contratos a termo ou despedimentos por factos imputáveis ao trabalhador estão autorizados.

O objetivo é ajudar a manter postos de trabalho, mas se não correr bem? Uma das diferenças entre o apoio do IEFP e o lay-off é o período posterior durante o qual não pode haver despedimentos. Quanto ao incentivo do IEFP, um apoio às empresas em linha com o salário do trabalhador (menos 11% relativo à cotização), com o limite de 1.840 euros, a bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, Paula Franco, conclui que nada impede que haja despedimentos depois do apoio.

"Lembro que no covid [o incentivo] exigia que os trabalhadores ficassem durante um período após este benefício. Aqui não obriga. Posso pedir o apoio

Isenção da TSU tem de ser pedida até ao dia 27 de fevereiro.

portrês meses, chego ao fim dos três meses vejo que a minha empresa não consegui recuperar e posso efetivamente despedir".

O diploma explica que as empresas não podem "ter iniciado" processos de despedimento "após o início do mês em que ocorreu a calamidade" (1 de janeiro), exceto por fato imputável ao trabalhador, nem celebrar acordos para a revogação de contrato por motivos semelhantes. Isso fica vedado durante o período do apoio.

Já no caso do lay-off simplificado, que ao contrário do que foi inicialmente divulgado autoriza cortes salariais acima do salário mínimo, na medida em que prevê o pagamento de dois terços da remuneração com o valor mínimo de 920 euros e máximo de 2.760 euros – como confirmou esta quarta-feira, na mesma sessão de Leiria, Paulo Nunes, Diretor do Departamento de Prestações e Contribuições do Instituto da Segurança Social – os despedimentos ficam vedados durante 30 dias ou 60 dias, consoante o apoio tenha durado até seis meses ou mais de seis meses, respetivamente, explicou a bastonária. Cessações de contratos a termo ou despedimentos por factos imputáveis ao trabalhador estão autorizados.

A bastonária defende que a isenção de 23,75% da TSU é cumulável tanto com o apoio do IEFP com o lay-off. Por entender que o apoio é mais simples e já se revelou rápido na pandemia, além de ser acumulável com a isenção de 23,75% da TSU, Paula Franco considera que pode ser mais favorável. "Sou um bocadinho tendenciosa ao achar que este [do IEFP] é o melhor que as empresas podem pedir para salários até aos 1.840 euros. Se forem salários mais altos se calhar compensa mais o lay-off", concluiu. ■ CAP